

ENTREVISTA COM MARIA LIGIA COELHO PRADO

*Mary Anne Junqueira¹
Vitória Rodrigues e Silva²*

- **Pergunta:** A História é uma paixão antiga? Como foi sua formação como historiadora?
- **Resposta:** Desde que me lembro, sempre gostei de História. Lembro-me de estudar História com prazer já no curso primário. Nos antigos Ginásio e Colegial também. Tive uma professora nesse período, Julita Scarano, a quem muito admirava e que muito me ensinou. Mas a paixão desabrochou quando entrei para o curso de História da USP. Isto aconteceu em 1968, ano extraordinário e emblemático. Estava com 27 anos e havia feito, portanto, uma escolha tardia. Era mãe de três filhos, o mais novo dos quais mal tinha completado três meses, o que anunciava dificuldades especiais para cumprir todos os requisitos do curso. No entanto, completei-o, em 1971, nos 4 anos previstos, porque foi amor à primeira vista. Encantava-me o prédio, com seus espaços amplos, que davam uma sensação de liberdade e convidavam ao convívio. Entusiasmava-me com as disciplinas, com os professores, com os colegas. Quantas vezes pensei como seria bom se o curso não terminasse em quatro anos, que durasse uma eternidade.

O primeiro ano foi de extraordinárias descobertas intelectuais, mas também de inesquecíveis emoções da política! Participávamos das assembleias estudantis, das passeatas e orgulhávamo-nos da coragem dos que lutavam na Maria Antônia. O anfiteatro da História, no nosso prédio, era o palco do mundo. Tomávamos posições, repetíamos palavras de ordem e, com “a força e a verdade da História”, que estavam do nosso lado, acreditávamos que a ditadura seria vencida.

O sonho, de repente, desmoronou com o AI5. Professores foram cassados, o prédio da História e Geografia invadido pelas forças da repressão, como se dizia à época. Por toda a parte, os “infiltrados”, procurando suspeitos,

¹ Professora do Departamento de História da Universidade de São Paulo

² Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica – São Paulo e Doutoranda em História Social na Universidade de São Paulo; professora do Depto. de História do Centro Universitário Assunção, em São Paulo.

colando-se em nós para ouvir conversas. Nas aulas, aprendíamos a entender as “famosas metáforas”. Foram tempos muito difíceis, de medo, de perseguições, mas também de fortes amizades, de lealdade, de solidariedade e de muita esperança no futuro. Estávamos do lado certo da trincheira, com a História apontando-nos a direção certa.

Nesses anos da graduação, conheci Maria Helena Rolim Capelato, minha colega de turma. Era o princípio de uma amizade que já passou dos trinta anos. Tornamo-nos inseparáveis companheiras intelectuais na academia e cúmplices solidárias pelos caminhos da vida. Também nesse período encontrei outros grandes amigos, como Modesto Florenzano, com quem compartilho, até hoje, as mesmas “aflições” políticas e intelectuais.

Dediquei-me ao curso com disciplina e curiosidade intelectual, descobrindo “as matérias” interessantes e suportando as ruins ou medíocres. No primeiro ano, em Metodologia da História, encontrei com Maria de Lourdes Janotti, o fascínio das análises historiográficas e os desafios da teoria. Alguns autores foram muito importantes para a minha formação inicial, como Lucien Goldman, que li incontáveis vezes. Nos anos seguintes, interessei-me particularmente pelos cursos de História do Brasil - fui aluna de Maria Odila Silva Dias e de José Sebastião Witter - e de História Contemporânea, ministrado por Carlos Guilherme Mota. Havia descoberto o marxismo e alguns autores, como Maurice Dobb, Eric Hobsbawm e, entre os brasileiros, Caio Prado Júnior, que tiveram profunda influência em minha formação. A História da América passara, sem nenhum interesse particular ou marcantes textos. A lembrança mais forte que tenho com relação à América Latina foi a leitura de Gunder Frank, com suas explicações sobre o desenvolvimento produzindo o subdesenvolvimento e suas análises sobre centro e periferia. Na época, senti entusiasmo pelo livro.

Durante a graduação - marcada pelo marxismo - havia uma perspectiva geral de que era fundamental a leitura “dos clássicos”. Assim, nesses anos, debruçei-me sobre muitos textos de Marx - *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* ou a famosa introdução à *Contribuição à crítica da economia política*. Pensava nas relações entre a infra e a superestrutura, entendia que a ação dos homens estava limitada pelas “condições objetivas colocadas pela realidade concreta”, tomava o modo de produção como categoria fundamental de análise, aceitando que “o concreto era o resultado de múltiplas diversidades”. Por outro lado, não havia lido, de maneira adequada, muitos dos historiadores clássicos, quer brasileiros quer estrangeiros. Assim,

terminei a graduação com a cabeça cheia de teoria, mas com lacunas historiográficas que tiveram que ser preenchidas nas etapas seguintes.

- **P:** Como aconteceu sua entrada, como professora, para o departamento de História da USP? Como foram seus primeiros cursos?
- **R:** No começo de minha carreira docente, tive experiências muito variadas, pois lecionei em escolas públicas e particulares, tanto no secundário quanto no ensino superior, no interior e na capital. Entrei para o Departamento de História da USP em 1975, logo depois de terminado o mestrado (1974). Não sentia pela área escolhida - História da América - afinidades especiais. A indicação do meu nome não tinha sido feita pelo titular da área, como era costume à época. Foi o resultado de um concurso que analisara o *Curriculum Vitae* de 18 candidatos e indicara os quatro professores com mestrado para serem contratados. Segundo as regras em vigor - aliás injustas - o contrato era em tempo parcial, mas nos impunha, na prática, as mesmas obrigações das de qualquer professor em tempo integral, já que era preciso dar aulas e desenvolver pesquisas. Apenas alguns anos mais tarde consegui o almejado tempo integral.

Dessa maneira, comecei a lecionar a disciplina História da América Independente. Não me sentia bem-preparada para tal tarefa, especialmente porque, em meu curso de graduação, os séculos XIX e o XX jamais haviam entrado no programa das disciplinas, cujos "limites" cronológicos estavam dados pelo período das independências políticas. Foi com grandes dificuldades iniciais, sem referências bibliográficas básicas, sem modelos de interpretação estruturados, sem a definição de temáticas centrais que comecei a aventura de "descobrir" a História da América Latina Independente. Fizera uma primeira escolha: restringir-me à parte da América colonizada pelos espanhóis, deixando de lado a América anglo-saxã. Não sabia, naquele momento, quão fascinante e extraordinária essa "descoberta" seria!

O segundo passo era dar conta da bibliografia. Os cientistas sociais foram muito importantes nesses primeiros tempos, desde Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Celso Furtado, até Osvaldo Sunkel, Aníbal Pinto, Enzo Falletto, entre outros, que ofereciam interpretações globais sobre a América Latina, usando categorias explicativas que davam conta das linhas muito gerais do processo histórico e que enfatizavam, muitas vezes, os fatores externos, como o imperialismo ou a dependência. Numa outra perspectiva, o sociólogo Agustín Cueva fazia-me pensar no

desenvolvimento do capitalismo na América Latina, trabalhando o processo a partir de transformações sociais e políticas internas em cada sociedade nacional.

Mas era preciso conhecer os historiadores. Os primeiros que tiveram importância para mim foram os brasileiros Manuel Lello Bellotto e Ana Maria Martinez Corrêa; depois os argentinos Tulio Halperin Donghi, num livro geral sobre o período posterior à independência, e José Luis Romero, que me abriu o campo da história das idéias na Argentina. A estes foram se seguindo outros. Cito como exemplos os mexicanos Edmundo O' Gorman, Luis Villoro, Silvio Zavala; o argentino José Carlos Chiaramonte; o peruano Alberto Flores Galindo. Fui aos poucos dominando a bibliografia sobre a história de alguns países latino-americanos, porque é impossível conhecê-los bem a todos. O leque de opções se abriu com a historiografia norte-americana, inglesa e francesa sobre a América de colonização espanhola: John Womack, Anthony Pagden, Friedrich Katz, François Xavier Guerra, Nathan Wachtel; e, depois, Serge Gruzinski, Nicolas Shumway, Steve Stern, David Brading e tantos outros.

Com relação aos meus primeiros cursos no Departamento, é preciso salientar, de início, um problema de fundo: o desafio de pensar o Brasil no contexto da América Latina. Esta é uma questão central para os estudiosos que escolheram este campo. Outra encruzilhada era como refletir sobre as linhas mais gerais do processo histórico da América Latina e, ao mesmo tempo, trabalhar as especificidades nacionais e, ainda, comparar a América de colonização portuguesa com a espanhola. O desdobramento desses primeiros passos foi a impossibilidade de pensar, daí por diante, o Brasil fora do contexto latino-americano. Minha trajetória, pelos anos, caminhou do mais geral para as questões mais particulares. Meus primeiros cursos (1975, 1976, 1977) propunham a discussão de grandes temas, como escravidão e capitalismo, ou interpretações sobre o desenvolvimento econômico da América Latina. Minha “descoberta” inicial, em termos de “histórias nacionais”, foi a do México, que se constituiu em um grande prazer intelectual, por sua riqueza e complexidade.

É importante lembrar que trabalhar com a História da América Latina nos séculos XIX e XX, naqueles anos de ditadura militar era também uma forma de posicionar-se politicamente. Os temas latino-americanos eram considerados "muito perigosos". Não se podia fugir das referências às ditaduras na Argentina, no Uruguai, no Chile, no Paraguai. Uma palavra especial sobre Cuba. Cuba era tabu! Era como se Fidel Castro não existisse. Desse modo, o curso sobre a história da Revolução Cubana, ministrado

por Florestan Fernandes, no primeiro semestre de 1979, na PUC de São Paulo – depois transformado em livro - foi um marco.

Na virada para a década dos 80, minha ênfase foi mudando para a história social e política. Ao lado delas, temas mais imediatos eram solicitados pelos alunos. Assim, preparei cursos sobre Cuba e a América Central, pois lá estava a "recém-descoberta" Nicarágua, onde os sandinistas chegaram ao poder, em julho de 1979, depois de uma longa luta.

Os seminários com os alunos sempre foram interessantes para mim. Trabalhei muitas vezes com a análise das idéias político-sociais, escolhendo alguns autores exemplares para discutir certas linhas do pensamento latino-americano: Bolívar, Sarmiento, Bilbao, Martí, Rodó, Mariátegui, Haya de la Torre - para dar alguns exemplos. Em outra abordagem, escolhi documentos - contratos de trabalhadores, declarações de operários, manifestos camponeses na Revolução Mexicana (Zapata, Villa), programas de partidos políticos. Na década de 90, a história da cultura, para usar um conceito amplo, começou a entrar mais e mais nas propostas de curso. Trabalhei (e ainda trabalho) temas como o das identidades nacionais e latino-americanas, a modernidade, as relações entre a produção da arte e o poder político. A leitura de romances e de filmes foi incorporada como um caminho importante para discutir e pensar essas questões.

- **P:** Os seus trabalhos de pesquisa para o Mestrado e para o Doutorado debruçaram-se sobre o Brasil contemporâneo. Gostaria que você falasse sobre a passagem da pesquisadora de História do Brasil para a de História da América Latina.
- **R:** No meu mestrado, sob a orientação de Carlos Guilherme Mota, realizei uma análise do pensamento liberal do jornal *O Estado de S. Paulo*. Foi um trabalho desenvolvido em conjunto com minha amiga Maria Helena Capelato, em que estudamos os editoriais do jornal entre 1927 e 1937; dividimos a década, cabendo a mim a metade final do período (julho de 1932 a dezembro de 1937). Em 1980, publicávamos, num livro único, as duas dissertações, com o título *O Bravo Matutino. Imprensa e ideologia: o Jornal "O Estado de S. Paulo"*.

Fiz meu mestrado com uma clara perspectiva teórica marxista. Naqueles anos, os alunos discutiam com paixão o conceito de ideologia. As análises de Maria Silvia de Carvalho Franco foram muito importantes para mim. Trabalhávamos a *Ideologia Alemã* e discutíamos os textos de Althusser. Foi uma formação consistente, pois líamos e debatíamos muito. Tínhamos uma

relação de forte comprometimento com as questões políticas do momento. A cada momento, nos afirmávamos como cidadãos contrários à ditadura e o nosso cotidiano era permeado por pequenas manifestações de nossa posição. Por isso, creio também que meu encontro com a América Latina foi tão profundo porque estava mesclado com a situação política brasileira.

Ao mesmo tempo em que entrava, em 1975, para o Departamento de História da USP, iniciava meu doutoramento sobre o Partido Democrático de São Paulo, finalizado em 1982 e publicado em 1986, com o título de *A Democracia Ilustrada. O Partido Democrático de São Paulo (1926-1934)*. Já naqueles anos, havia tomado a decisão de voltar minhas pesquisas para a América Latina. Queria ter feito um estudo comparado sobre partidos políticos de oposição no Brasil, Argentina e Chile. Porém, fui impedida de realizar tal trabalho pela distância das fontes e pela dedicação à Universidade em regime integral de trabalho. A primeira publicação voltada à América Latina foi um pequeno livro, da coleção “Tudo é História”, sobre o populismo na Argentina e no México.

Depois do doutoramento, num movimento natural que já se iniciara, dediquei-me inteiramente a pesquisar a América Latina, sem esquecer o Brasil. Minha publicação seguinte (1985) foi um texto sobre a formação dos Estados Nacionais na América Latina para a Coleção *Discutindo a História* da Editora Atual, que tem recebido sucessivas edições até o presente.

- **P:** Em seu livro *América Latina no século XIX. Tramas, telas e textos*, cuja primeira edição é de 1999, você parece ter optado por tratar de vários temas. Foi uma escolha deliberada, a de não se especializar em um determinado país? Percebe-se que você faz uma nova abordagem historiográfica, trabalhando muito mais com a questão política, mas a política enquanto poder e a simbologia que mantém e produz o poder. Como foi essa mudança?
- **R:** Como todos sabem, na década de 1980, houve mudanças políticas significativas. No Brasil, a ditadura chegava ao fim. Prometiam-se novos tempos. Na Europa, o Muro de Berlim, com sua carga política simbólica, desmoronava. As certezas das esquerdas balançavam. No campo das Humanidades, travavam-se debates teóricos essenciais. Autores com perspectivas diversas, tais como Benjamin, Adorno, Habermas, Foucault, Derrida, Gramsci (revisitado) punham em dúvida “verdades” estabelecidas. No nosso ofício, o furacão da chamada Nova História derrubava feudos poderosos. Como se furta à mudança? De minha parte, continuava

interessada nas maneiras como os indivíduos pensam, como organizam suas idéias e como estas podem se transformar em armas e bandeiras de luta. Como lembra Hobsbawm, idéias aparentemente inocentes são capazes de mobilizar a sociedade, despertar paixões e ódios e, em última instância, promover guerras e causar a morte de milhares de indivíduos.

Marc Bloch assinala, em *Introdução à História*, que, para fazer perguntas ao passado, o historiador deve estar atento ao presente, a tudo o que é vivo e está ao seu redor. Se não, não passará de um antiquário. Desse modo, a reflexão sobre as circunstâncias políticas do presente aliada ao questionamento dos paradigmas de interpretação da História levou-me a um redirecionamento do meu trabalho. Apesar das mudanças, mantive-me fiel a uma certa perspectiva de análise da História. Assim, continuo a pensar o mundo da cultura muito ligado à política. Nunca pude dissociar essas duas instâncias. Da mesma maneira, também nunca deixei de trabalhar com algumas categorias, como a de contradição. Vejo a sociedade não como um todo harmônico, mas atravessada por tensões e conflitos. Nunca abandonei o sentimento de inconformidade diante das injustiças sociais e das arbitrariedades impostas pelo poder.

Para falar agora especificamente do *Tramas, telas e textos*, ele se compõe de um conjunto de sete artigos, que analisam temas entrelaçados da História da América Latina, no século dezenove, dentro do campo da história das idéias e das representações políticas. Em permanente diálogo com as novas abordagens da história política e das idéias políticas, novos conceitos, como o de representação e o de imaginários sociais, se impuseram para mim.

Minha atenção acabou se centrando no século dezenove, pois considero esse período extremamente interessante e importante para pensar temáticas que são fundamentais até o presente (como, por exemplo, democracia, identidades, nacionalismo). Minhas viagens aos Estados Unidos – onde, como convidada, ofereci cursos na graduação e na pós-graduação sobre História da América Latina - me proporcionaram condições para fazer pesquisas sistemáticas nas bibliotecas norte-americanas, onde encontrei materiais sobre a história de diversos países latino-americanos, permitindo-me, assim, entrar pelo campo das comparações.

Tanto no mestrado quanto no doutoramento, meu interesse intelectual esteve ancorado na história das ideologias e das instituições política. Nos anos recentes, como já afirmei, acompanhei com entusiasmo as discussões sobre as novas abordagens com relação à história política e das idéias políticas que trouxeram problemas e questões estimulantes para o debate e

renovaram o campo (lembro os textos de René Rémond, Jacques Juillard, Pierre Rosanvallon e os do Grupo de Trabalho de História Política da Associação Nacional de História - ANPUH).

Os trabalhos de Roger Chartier e de Bronislaw Baczko foram, também, leituras importantes nesse período. O primeiro, com a sua particular construção do conceito de representação, abriu-me possibilidades novas para a pesquisa na área de história política, quando esta se cruza com a história cultural. É interessante pensar que as representações são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam e que devem ser estabelecidas relações entre os discursos proferidos e a posição social de quem os utiliza.

Bronislaw Baczko me mostrou os caminhos para trabalhar o conceito de imaginário social. Sua análise estabelece fortes ligações entre imaginário, representação e poder político. Para ele, todo poder, especialmente o poder político, está envolvido por representações coletivas, fazendo do domínio do imaginário e do simbólico um lugar estratégico e de importância capital.

Os artigos produzidos nesse período indicam, ainda, que me interessei por temas bastante diversificados e adentrei campos nunca antes visitados. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a temática das universidades na América Latina. Comecei a pensar nessa questão a partir das crises e das constantes mudanças pelas quais vinha atravessando a USP. Queria compreender melhor os problemas que enfrentávamos, pensando as relações entre essa instituição e a sociedade, que lhe garante a existência. Queria, também, analisar as diversas concepções de universidade e os modelos que foram sendo construídos através da História.

Outros temas de pesquisa surgiram como desdobramentos dos meus estudos sobre a universidade. A “descoberta” do clássico de Antonello Gerbi sobre o que ele denomina “a disputa do Novo Mundo” me abriu horizontes para discutir as interpretações (inclusive políticas) sobre a natureza do continente. Como resultado de muitas leituras cruzadas, escrevi um ensaio sobre natureza e identidade, comparando as visões de Domingo F. Sarmiento com as de F. J. Turner.

O encontro com a história do livro e da leitura foi outro desdobramento de meu interesse pela pesquisa sobre as concepções de universidades. O artigo que escrevi sobre a publicação de novelas no Brasil Joanino, em que me proponho investigar a existência de um público feminino nesse período, estabeleceu uma interface com a história das mulheres. Ultrapassada “a fase” de denúncia, em que os historiadores se preocuparam em mostrar a

opressão do homem e a submissão da mulher, novas questões têm sido trabalhadas. A mim me interessa, particularmente, entender o lugar público da mulher, especialmente na esfera da política. Foi com esse propósito que desenvolvi a pesquisa sobre a participação das mulheres nas lutas pela independência na América Latina.

No presente momento, estou mergulhada no estudo das relações entre pintura, histórica, nação e política na América Latina do século XIX. Minha apresentação no VI Encontro da ANPHLAC (Associação Nacional de Pesquisadores em História da América Latina e do Caribe), que se realizou na Universidade Estadual de Maringá, em julho de 2004, foi sobre esse tema.

- **P:** Você formou um grupo de alunos que são hoje professores de universidades públicas e privadas. Desde 1984, você mantém um grupo de discussão de pesquisas, do qual fazem parte não apenas seus orientandos, mas também outros interessados em História da América Latina. Fale desse seu trabalho.
- **R.** Por volta de 1981, depois de lecionar História da América Latina por 6 anos, estava convencida de que, no Brasil, era fundamental o esforço de um grupo de historiadores no sentido da formação de jovens pesquisadores na área. A primeira manifestação dessa vontade aconteceu com a coordenação de pesquisas na AELA (Associação de Estudos Latino-Americanos), formada por um punhado de alunos da graduação, entusiasta da América Latina. No primeiro semestre de 1982, promovemos um grande evento no Departamento de História, literalmente espetacular. Chamava-se *América Central apesar das Malvinas*, porque havíamos iniciado sua organização quando estourou a Guerra das Malvinas. Esse encontro contou com a carismática presença do então Ministro da Cultura do governo Sandinista da Nicarágua, o monge e poeta Ernesto Cardenal. Foi uma noite repleta de emoção. O anfiteatro do prédio de História e Geografia estava repleto, com gente pelo chão, com mesas nas portas, em cima das quais as pessoas se espremiavam. Ora, em 1982, a ditadura não havia terminado e esses eventos tinham uma particular força como expressão de repúdio ao regime militar.

No programa de pós-graduação em História Social, comecei a orientar em 1984. Fiz uma opção radical de só aceitar alunos que escolhessem temas latino-americanos, ou melhor, hispano-americanos, para fins de pesquisa. O começo foi muito difícil, pois não tinha qualquer certeza de que alcançaria

bons resultados no futuro. Os problemas eram grandes, já que os alunos precisavam viajar ao exterior em busca de fontes documentais para seus trabalhos, tarefa nem sempre apoiada, no caso de mestrados, pelas agências financiadoras.

Nestes 20 anos, foram 33 dissertações e teses terminadas - 11 mestrados e 22 doutoramentos. Meus alunos podem ser divididos em dois grupos principais: o primeiro composto por ex-alunos da graduação e o segundo formado por professores de universidades federais, que com o auxílio da Capes deslocaram-se para fazer sua pós-graduação na USP. Neste último grupo as experiências foram muitas. As duas primeiras doutorandas foram Maria Philomena Gebran, da UFRJ, e Heloisa Reichel da UFRGS, professoras de História da América, com carreiras já consolidadas. Todo o trabalho de orientação foi rico e estimulante. Finalizadas suas teses, em 1989, ambas vêm levando à frente pesquisas importantes na área. Heloisa Reichel tem orientado trabalhos sobre a Região Platina. Philomena Gebran e seus alunos estudam a América dos séculos XVI e XVII, especialmente o Peru, sua principal área de interesse.

Depois desses primeiros contatos com orientandos de outras partes do país, continuei recebendo alunos de diversos estados brasileiros, como a Paraíba, o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul, Goiás e Minas Gerais. Os círculos muitas vezes vão se fechando, pois Maria Conceição Abel – infelizmente já falecida - coordenadora do curso de especialização em América Latina da Universidade de Caxias do Sul, com o qual colaborei por tantos anos, terminou seu doutoramento sob minha orientação, em 1999.

Com os alunos que acompanho desde o curso de graduação, minha relação tem sido, naturalmente, mais longa, porém igualmente rica, do ponto de vista intelectual, e muito próxima, do ponto de vista pessoal. Para minha satisfação, os mais "antigos" trabalham atualmente em estabelecimentos de ensino superior de prestígio, como a Unesp *campus* de Assis, Unesp *campus* de Franca, o Centro Universitário de Novo Hamburgo, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal de Goiás, a Universidade Federal de São Carlos, e também na Universidade de São Paulo.

Meus alunos têm produzido bastante e com qualidade, publicando artigos tanto em revistas especializadas brasileiras como também argentinas, uruguaias e chilenas. Para minha enorme satisfação, suas dissertações e teses têm sido publicadas como livros. Depois do primeiro, *Democracia e Socialismo. A Experiência Chilena* de Alberto Aggio, doze outros trabalhos já foram publicados e dois se encontram no prelo. Dessa maneira, tenho me

“especializado” ultimamente em prefácios, tarefa, aliás, cumprida com muito prazer e uma certa “corujice”.

Quando penso no conjunto de meus orientandos, sinto-me extremamente gratificada, pelo alto nível de seus trabalhos e pelo lugar profissional que ocupam. Nesses anos todos, dediquei muito do meu tempo a esses alunos, e creio que valeu a pena. Espero ter contribuído (e continuar a contribuir), ao lado de colegas agora espalhados pelo Brasil, para a formação de um grupo de especialistas nesta tão carente área de História da América Latina.

- **P:** Gostaria que você contasse um pouco sobre a difícil tarefa de abordar a América Latina, levando-se em consideração a distância existente entre o Brasil e o restante do continente.
- **R:** Terminei recentemente um artigo que se chama *O Brasil e a distante América do Sul*, no qual reflito sobre a elaboração, no século XIX, de um discurso sobre a distância que nos separa. Há um fosso entre “nós” e “eles”.

Sem dúvida, é extremamente difícil permanecer na rota dos estudos latino-americanos, num país que insiste preferencialmente em olhar para a Europa e os Estados Unidos como modelos intelectuais a serem seguidos. A América Latina, em geral, é vista como área menor ou secundária, em que as paixões políticas se sobrepõem ao estudo sério e rigoroso. Assim, o historiador comprometido com as temáticas latino-americanas e fascinado por pensar o Brasil nesse quadro mais amplo, necessita de maiores cuidados e disciplina dobrada para afirmar seus trabalhos. Depois de todos esses anos, continuo a pensar que é muito mais estimulante olhar o Brasil ao lado dos países de colonização espanhola do que manter o olhar fixo na Europa.

Apesar, porém, da “distância construída”, as fronteiras eram e continuam sendo muito mais fluidas do que imaginamos. Um pequeno exemplo do século XIX. No Brasil, acreditamos que o famoso J. M. Rugendas deixou a Europa e veio à América Latina para pintar o Brasil. Entretanto, ele permaneceu um tempo mais longo em outros países, como o México, o Peru, a Bolívia, o Chile, a Argentina e o Uruguai. Assim, por 20 anos, atravessou o continente, pintou paisagens e tipos os mais diversos. Outro exemplo é o da Missão Francesa que D. João chamou à Corte do Rio de Janeiro, em 1816. Armand Julien Pallière era um dos pintores (não tão conhecido) que fazia parte do grupo. Seu filho, Juan León Pallière, também pintor, nasceu no Rio de Janeiro, trabalhou na Corte e depois viajou para o

Rio da Prata, retratando Buenos Aires. Se as pessoas circulavam, ainda mais as idéias, os modelos econômicos, os modelos políticos, os temas de debate. Refiro-me tanto ao século XIX quanto ao século XX. Em suma, creio que a destruição das fronteiras nacionais pelo historiador pode produzir contribuições efetivas para se entender melhor o Brasil na América Latina.

Penso que um caminho ainda pouco explorado é o da história comparada da América Latina. Refletir sobre a América Portuguesa e a América Espanhola, além de ser muito interessante e fascinante, traz novas questões e novos problemas para a historiografia. Lembrando, mais uma vez, Marc Bloch, creio que seu artigo de 1928, "*Pour une histoire comparée des sociétés européennes*", ainda permanece como uma referência importante. Nele, o autor indica como, ao ultrapassar os espaços nacionais, o historiador terá condições privilegiadas para se fazerem novas perguntas sobre as fontes pesquisadas. É exatamente porque a América Portuguesa e a América Espanhola enfrentaram problemas e dificuldades semelhantes e construíram organizações sociais econômicas e políticas bastante próximas, é que fica mais eficaz pensar as comparações entre elas.

Os estudos comparados são bastante comuns entre sociólogos, antropólogos ou críticos literários. Mas o historiador deve ser muito cuidadoso, pois não se propõe a fazer generalizações. O historiador trabalha com o singular, com demarcações precisas do tempo. O tema, portanto, deve ser escolhido com cautela, assim como as fontes. Em tempos recentes, de globalização, a discussão sobre a comparação tem ganhado fôlego e se apresenta com outra roupagem. Em artigo recente, Serge Gruzinski faz a crítica à história comparada, propondo "histórias conectadas", onde não há um pólo determinante e outro subordinado. Afirma que a visão eurocêntrica daqueles que trabalham com a história comparada da América Latina ou da periferia em geral permanece como problema a ser superado. Para alargar os horizontes, a história comparada foi uma alternativa, mas muitas vezes foi apenas a ressurgimento insidioso do eurocentrismo. Há, para ele, algumas exceções como o livro brilhante de Sérgio Buarque, *Raízes do Brasil*, que é, porém, um caso isolado na produção latino-americana. Mas a perspectiva de "histórias conectadas", na minha maneira de ver, nem sempre se choca com a que assume a visão de comparação nos termos de Marc Bloch.

- **P:** É possível afirmar que existe uma historiografia latino-americana? Ainda continuamos em busca de modelos externos?

- **R:** Nos anos sessenta e setenta, houve uma tentativa de se produzir uma historiografia latino-americana, quando foram elaboradas aquelas grandes sínteses da História da América Latina. Para dar um exemplo brasileiro, Celso Furtado fez uma história geral da economia latino-americana, interpretando-a como um produto das implicações externas. Nessa perspectiva, pensava-se a América Latina como conjunto, mas a partir de um olhar que partia de “fora” para “dentro”. Nessa mesma época, também saiu um livro que foi um grande sucesso, de Agustín Cueva, sociólogo já falecido, sobre o desenvolvimento do capitalismo na América Latina. Com uma perspectiva leninista, o autor apresentava uma visão global da América Latina. O historiador argentino, também muito conhecido nos anos sessenta, Túlio Halperin Donghi, escreveu uma história contemporânea da América Latina cujos capítulos sempre se iniciavam com uma introdução geral, e depois se debruçavam sobre cada país. Mencionei apenas três autores, mas havia uma tendência mais ampla. Na realidade, havia um conjunto de autores preocupados em pensar a América Latina como um todo, ou seja, buscando exatamente construir uma historiografia latino-americana. Lembremos a famosíssima “teoria da dependência”, que também olhava a América Latina como um todo. Elegeu-se uma categoria – “dependência” – e a partir dela se explicava o passado e o presente da América Latina. A mesma abordagem se fez com o imperialismo. Tomava-se o imperialismo como categoria explicativa da América Latina, enfatizando o todo e abandonando-se o particular e o específico.

Com as discussões historiográficas posteriores, as novas interpretações, os novos objetos, passou a existir um movimento que enfatizava a importância das monografias, dos estudos singulares, perdendo-se essa visão de trabalho que englobava todo o conjunto. Tratava-se de um movimento contrário ao mais acima mencionado, que pregava a impossibilidade da história total, que fazia a crítica da homogeneização, afirmando a importância de se pensar o particular em suas múltiplas faces. Perdeu-se uma reflexão mais ampla sobre a América Latina, em nome de estudos verticalizados e concentrados neste ou naquele tema muito específico. Tenho conhecimento de que existem, atualmente, alguns grupos de historiadores, sobretudo na Argentina e no México, que têm a preocupação de pensar a América Latina de maneira mais ampla. Entretanto, não tenho dúvida de que esses casos são raros.

Outra questão central, colocada por vocês, é muito importante: a perspectiva de que nós estamos sempre devendo, correndo atrás de um modelo externo que nunca conseguimos alcançar. Para se pensar esse

problema, o século XIX é fundamental. Nesse período foram construídas interpretações sobre o atraso e a barbárie da América Latina. Publicistas e políticos estavam olhando para fora e comparando todo o tempo. Ou comparavam com a Europa ou, posteriormente, com os Estados Unidos, fundando uma certa maneira de interpretar nossa história e nosso futuro. Nessa visão, aqui estava a “barbárie” e, lá fora, a “civilização”, colocada como meta inalcançável. O mesmo problema permanece no mundo atual. Basta mudar “civilização”, termo do século XIX, por "Primeiro Mundo", denominação do século XX. Mas a corrida é sempre a mesma. Vejo que durante algum tempo, historiadores, inclusive marxistas, trabalharam dentro desse quadro, dessa moldura estabelecida, e só muito recentemente, a partir de vinte ou vinte cinco anos atrás, nota-se uma visão diversa, que procura analisar as sociedades latino-americanas a partir de dentro, refletindo sobre suas contradições internas, seus conflitos políticos e suas produções culturais.

Isto não significa negar a importância da historiografia internacional sobre a América Latina. É preciso dialogar e, ao mesmo tempo, contribuir com nossa própria maneira de trabalhar e pensar os temas e as questões. No Brasil, conhecemos muito pouco os historiadores dos outros países da América Latina. Para voltar ao México, historiadores clássicos, como Luís Villoro ou Edmundo O’Gorman, são praticamente desconhecidos em nosso país. Julgo que pelas razões apontadas anteriormente, isto é, a distância que nos separa dos países de colonização espanhola. Da mesma forma, não dialogamos com a historiografia peruana ou argentina. Creio ser imprescindível que a historiografia brasileira – muito rica, fortemente estabelecida, com uma longa tradição – dialogue com a produção latino-americana. E esperar que o mesmo movimento também ocorra da parte dos historiadores hispano-americanos com relação à dos brasileiros.

- **P:** Como você pensa o futuro?
- **R:** Por incrível que pareça, sou otimista. Percebo que o interesse por História da América Latina tem crescido, assim como a quantidade e a qualidade das pesquisas e das publicações. O recente Encontro da ANPHLAC em Maringá – que contou com o pleno apoio do Departamento de História e da UEM - é a prova concreta dessa minha afirmação. Havia muitos jovens pesquisadores, cheios de entusiasmo, que apresentaram trabalhos de qualidade.

Em termos do Departamento de História da USP, a área de História da América – Independente e Colonial - cresceu muito em prestígio, se comparada aos meus tempos de estudante. Em Independente, formamos um grupo coeso, e temos podido trocar experiências didáticas, continuar debates intelectuais e criar projetos comuns.

Outro acontecimento significativo - para mim e para todos que no Brasil pesquisam a História da América Latina – foi a formação da já mencionada Associação Nacional de Pesquisadores da América Latina e do Caribe (ANPHLAC), em 1993. Desde 1984, os professores de História da América vinham tentando se organizar numa associação nacional que os aproximasse e que criasse possibilidades de trocas de experiências. No presente, nossa Associação está consolidada, cumpre papel fundamental como incentivadora do estudo e da pesquisa da história da América Latina no Brasil e já se prepara para o VII Encontro em Campinas.

Não posso terminar sem fazer uma profissão de fé. Continuo defensora irredutível da Universidade Pública no Brasil. Não existe espaço igual em termos de liberdade de criação, de estímulo intelectual, de possibilidade de crítica.